

APRESENTAÇÃO

Em 20 de janeiro de 2023, enquanto o país ainda buscava compreender os ataques aos três poderes do dia 8 de janeiro, uma nova preocupação entrou nos lares dos brasileiros: a decretação de emergência em saúde pública no território Yanomami diante do cenário de fome extrema, falta de acesso ao tratamento de doenças como a malária e a devastação do garimpo ilegal.

A crise humanitária e a dificuldade em garantir os direitos dos povos indígenas e a proteção de suas terras se agravaram entre 2019 e 2022, mas não são novidade na história brasileira. Há décadas o estado brasileiro é confrontado pelo desafio de conciliar justiça histórica, justiça climática, desenvolvimento econômico, respeito às tradições dos povos originários e garantia de acesso aos direitos como cidadãos brasileiros sem que sejam forçados à assimilação.

A última década trouxe desafios adicionais a essa realidade com o aumento da presença do narcotráfico em rotas da região da Amazônia Legal e sua interação com outras redes criminais, assim como um ecossistema de ilegalidades associadas aos crimes ambientais. O Dossiê “Segurança Pública na Amazônia Legal”, volume especial desta edição da Revista Susp, traz contribuições que investigam estes e outros temas relevantes para a construção de uma realidade mais segura para as brasileiras e brasileiros que residem na Amazônia Legal, assim como para a defesa e proteção do meio-ambiente.

A abertura deste volume traz uma análise sobre a criação da Diretoria de Amazônia e Meio Ambiente da Polícia Federal, em 2023, e sobre a integração de esforços na proteção ambiental e no enfrentamento ao crime organizado na região por meio do Plano Amazônia: Segurança e Soberania.

Na sequência, os trabalhos debatem as razões do crescimento do desmatamento na Amazônia Legal na última década, assim como sua relação com outros índices criminais; a necessidade de entender a realidade socioeconômica dos crimes ambientais para garantir uma

justiça eficaz, com penas e reparações justas; e possíveis estratégias de controle, cooperação e proteção de defensores ambientais para melhorar a governança da região.

Em alguns trabalhos deste dossiê, as autoras e autores se debruçam nas dinâmicas criminais específicas no estado do Pará, bem como nas estratégias de enfrentamento. É o caso dos artigos sobre o impacto da análise criminal no policiamento e nos índices relacionados; sobre a análise das características dos feminicídios de mulheres solteiras no estado; e sobre a caracterização dos boletins de ocorrência de crimes cibernéticos contra mulheres.

Este Dossiê também traz artigos sobre questões socioambientais no Oiapoque e sobre a dimensão da infiltração do narcotráfico na Amazônia Legal. As disputas pela ocupação de terras do sul do Mato Grosso e a forma como impactaram a população Guarani-Kaiowa ao longo das últimas quatro décadas também são abordadas.

Desde 2023, o Governo Federal direciona numerosos esforços para a garantia de direitos dos povos originários, inclusive aos seus territórios, e para a preservação do meio ambiente: foram 13 novas terras indígenas homologadas nos primeiros dois anos desta gestão. No Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Secretaria Nacional de Segurança Pública vem desenvolvendo políticas de enfrentamento ao crime organizado na região, cooperação com profissionais da segurança pública dos estados, capacitação dos profissionais da segurança pública através de cursos de curta duração e pós-graduações e participação direta da Força Nacional de Segurança Pública em diversas operações em territórios indígenas e de proteção da população da Amazônia Legal.

A Senasp tem orgulho de, com a publicação deste Dossiê, seguir contribuindo para a produção de conhecimento sobre a segurança da população da Amazônia Legal, o enfrentamento dos crimes ambientais, a análise dos desafios que se colocam e para o desenvolvimento de alternativas para o desenvolvimento sustentável da região, com respeito ao modo de vida e tradições das populações originárias e preservação do meio ambiente.

Mario Luiz Sarrubbo
Secretário Nacional de Segurança Pública